



Formação territorial e oligarquias estaduais: notas sobre o uso desigual do território norte-rio-grandense

Formación territorial y estatales oligarquías: notas sobre el uso irregular de territorio del norte-rio-grandense

Jane Roberta de Assis Barbosa¹

Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL

jane.barbosa@uneal.edu.br

Resumo: As racionalidades políticas, sociais e econômicas forjadas no período colonial são nexos explicativos para, à luz da categoria formação territorial, compreender as desigualdades expressas nas paisagens brasileiras. Essas racionalidades cooperam para interesses hegemônicos que comandam a vida de relações em estados brasileiros como o Rio Grande do Norte, o qual tem sua formação territorial derivada de eventos que se estabelecem no Brasil e no mundo. Com base em uma metodologia de natureza qualitativa, apoiada em pesquisa bibliográfica e documental, o artigo apresenta uma análise crítica da origem das desigualdades territoriais no Rio Grande do Norte. O trabalho demonstra a validade da categoria analítica empregada para compreender a relação que se estabelece entre as ações das oligarquias estaduais e seu contributo para o uso desigual do território.

Palavras-chave: Formação territorial, Oligarquias estaduais, desigualdades espaciais, Rio Grande do Norte.

Resumen: Las racionalidades políticas, sociales y económicas formadas en el período colonial son nexos explicativos para, a la luz de la categoría formación territorial, comprender las desigualdades existentes en los paisajes brasileños. Esas racionalidades cooperan con intereses hegemónicos que comandan la vida de relaciones en estados brasileños como el de Rio Grande do Norte, en qual su formación territorial deriva de eventos que se establecen en Brasil y el mundo. Con base en una metodología de naturaleza cualitativa, apoyada en revisión bibliográfica y documental, el estudio presenta um análisis crítico de la origen de las desigualdades territoriales en Rio Grande do Norte. El trabajo demuestra además, la validez de la categoría analítica utilizada para comprender la relación que se establece entre las acciones de las oligarquias estaduais y su contribución para el uso desigual del territorio.

Palabras-clave: Formación territorial, Oligarquias estaduais, desigualdades espaciales, Rio Grande do Norte.

¹ Doutora em Geografia Humana pela USP. Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. janeusp@gmail.com

1. Considerações iniciais

A categoria analítica formação socioespacial desenvolvida por Santos ([1979] 2008a), com base na concepção de Formação Econômico-Social (FES) presente na obra de Karl Marx, tem sido adotada em estudos de natureza geográfica para reconstituir distintos usos do território brasileiro. A formação econômico-social, segundo Santos ([1979] 2008a) deveria ser compreendida indissociavelmente ao espaço geográfico, por isso falava em formação socioespacial, colocando o espaço geográfico no patamar de uma instância social.

Embora considere relevante o conceito de formação socioespacial e de modo algum o despreze, o artigo apoia-se na concepção de formação territorial, definida por Souza (2012) como “a historicização do conceito da formação socioespacial para explicar o uso do território brasileiro através do modo de produção capitalista numa perspectiva”. A formação territorial revela diferentes usos do território, que por sua vez guardam especificidades inerentes aos locais de sua realização. No período atual (globalizado), o território é, segundo Santos e Silveira (2006), um meio geográfico cada vez mais técnico-científico-informacional. Nele a técnica, a ciência e a informação estão a serviço do capital. Neste sentido, a análise da formação territorial e as sucessivas modernizações que ocorrem em cada período histórico são criadoras de um meio geográfico diferente, o qual já foi na concepção dos referidos autores “pré-técnico”, técnico, e a partir de 1970 é técnico-científico-informacional.

Considera-se, que para compreender o território em movimento, ou melhor, os usos que dele são feitos; é necessário entender como se dão os seus processos de apropriação e delimitação. Trata-se de percebê-lo como um território dinâmico, ativo, pois seu uso é feito por diversos agentes (empresas, Estado, organismos internacionais, oligarquias estaduais, sociedade civil) e favorece o surgimento de dinâmicas territoriais. Compreender assim o território autoriza a utilização da categoria formação territorial para a realização de estudos em estados e municípios da federação brasileira. No Brasil, as dinâmicas territoriais respondem a distintos interesses que além de tornar o território mais moderno, promovem uma racionalidade promotora de toda ordem de desigualdades.

Adota-se nesse artigo, o conceito de racionalidade em Santos ([1996] 2008) para fazer referência a lógica dos “atores hegemônicos” que têm atuado no Rio Grande do Norte desde os primórdios de sua formação territorial. Esta, por sua vez, tem origem em eventos oriundos

da expansão marítima europeia, com vistas a responder os interesses da monarquia. Sendo assim, a monopolização de territórios já conhecidos nesse período (MORAES, 2000), caso da América, motivou a chegada dos portugueses, espanhóis, franceses e holandeses em terras que se convencionou chamar de Brasil. Mais precisamente, a chegada dessas nações, é, como demonstrou Furtado ([1959] 2007, p. 25), “uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias”, com vistas a ocupar as terras que haviam conquistado. Este fato impulsionou o processo de colonização do território brasileiro durante o século XVI, por conseguinte, do Nordeste do Brasil, no qual estava situada a capitania do Rio Grande atual estado do Rio Grande do Norte.

Foi nos períodos iniciais da formação territorial do Rio Grande do Norte colonial que deu-se início a dois processos complementares. O primeiro diz respeito ao desigual uso do território durante o período colonial. O segundo, por sua vez, situa-se no período republicano e refere-se ao surgimento das oligarquias estaduais. Com o intuito de apresentar uma discussão crítica desse processo, o artigo está estruturado em três tópicos. No primeiro aborda-se o processo de sua formação territorial. No segundo tópico, discute-se o surgimento das primeiras oligarquias. No terceiro, as oligarquias pós anos de 1960 e o seu contributo para o acirramento das desigualdades territoriais norte-rio-grandenses.

2. A formação territorial norte-rio-grandense

Embora a fixação do marco de Touros já desse prova da presença portuguesa em terras potiguares no ano de 1502, apenas após a fundação de Natal no ano de 1599, teve início o processo de colonização da capitania do Rio Grande, cujo processo de povoamento foi iniciado no século XVII e consolidado no século XIX.

Diferente das demais possessões portuguesas no Brasil, não houve quase nenhuma política de povoamento inicial, no entanto algumas iniciativas podem ser destacadas. Em 1601, o Capitão-Mor João Rodrigues Colaço deu início a uma política de concessão de sesmarias visando o povoamento e o desenvolvimento econômico da capitania do Rio Grande, uma vez que nela, havia apenas a prática de agricultura de subsistência (roças, pescas, cultura de legumes, frutas, hortaliças), coexistindo com uma incipiente atividade canvieira (LYRA, 1920 [2008]; CASCUDO, 1980).

Durante o período colonial, a pecuária correspondia a principal atividade econômica da capitania do Rio Grande, inclusive abastecendo as capitais vizinhas através do fornecimento de carne e couro (TRINDADE, 2007). A criação de gado bovino foi de grande

relevância para a expansão da população em direção ao interior da capitania do Rio Grande, uma vez que havia um mercado para o consumo de carne formado pelos engenhos de cana-de-açúcar e pela população que residia em seu entorno (FELIPE, ROCHA, RÊGO, 2010). Todavia, a convivência entre o gado e a cana-de-açúcar não era boa. Para que a criação extensiva do gado pudesse se desenvolver eram necessárias grandes faixas de terras. O mesmo também se aplicava ao cultivo da cana. O gado foi sendo transferido para os sertões nordestinos, dando início a uma marcha de povoamento para além do litoral (SOUZA, 1999; ANDRADE, 1981). Isso demandou o surgimento e o uso de novas técnicas de produção, as quais contribuíram para a constituição de um novo meio geográfico.

A criação do gado com vistas ao abastecimento dos engenhos de açúcar e as roças de subsistência impulsionou a ocupação da capitania do Rio Grande, embora a distribuição das sesmarias já tivesse sido feita ao longo dos vales úmidos do atual estado. De acordo com Becker (1964, p. 153), “a ocupação da capitania, à base, principalmente de criação de gado e da agricultura de subsistência, se fez, portanto, através dos vales úmidos, e se manteve restrita à faixa úmida oriental”.

Desse modo, quando os portugueses, franceses e holandeses começaram a realizar as primeiras feitorias na capitania do Rio Grande, deu-se início à transformação da natureza de modo mais intenso (ANDRADE, 1981). Com isso, houve a transição de um meio “pré-técnico” ou natural, nos termos de Santos ([1996] 2008), para um meio técnico.

Com processo de povoamento e colonização da capitania do Rio Grande, no século XVII, tem-se, de acordo com Alveal (2013, p. 28), “os primeiros conflitos de jurisdição na Capitania”. Os conflitos existentes entre os povos indígenas e os holandeses foi uma das dificuldades enfrentadas para o povoamento da capitania do Rio Grande, que de acordo com Lyra (1920 [2008], p. 164), “também estava submetida a um contexto de opressão e conflitos políticos, os quais possuíam relação com a sua subordinação política às capitanias da Bahia e, posteriormente, à Pernambuco”.

Uma referência importante para que se compreenda a origem das desigualdades expressas nas paisagens norte-rio-grandense durante os séculos XVII e XVIII, diz respeito à relação de subalternidade da Capitania do Rio Grande em relação à Pernambuco (antes era subalterna à Bahia) e ao Judiciário de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, atual cidade de João Pessoa-PB (ALVEAL, 2013). De acordo com Cascudo (1995), esse tipo de relação retardou o desenvolvimento da Capitania do Rio Grande, uma vez que, as propostas enviadas pela capitania do Rio Grande ao rei de Portugal para a construção de escolas, fortificações,

medidas militares e disciplinadoras dos índios eram vetadas pelo Governador-Geral de Pernambuco.

O domínio da capitania de Pernambuco sobre a do Rio Grande era exercido sem nenhum constrangimento e com o devido respaldo de Portugal. A Capitania de Pernambuco comandava os projetos de colonização do Rio Grande do Norte sem muita pressa para sua conclusão. Tão pouco se apressava para garantir que houvesse na capitania desenvolvimento econômico, autonomia administrativa e jurídica (CASCUDO, 1980; A'RBOCZ, 1986; ALVEAL, 2013;). A Capitania do Rio Grande não era mais que um grande curral e uma extensa lavoura voltada a atender as demandas dos governos português. A ênfase nos investimentos e atenções estava direcionada à Pernambuco e à Bahia, cuja ocupação territorial e processo de colonização já estavam consolidados (CASCUDO, 1980). Com efeito, Natal, era mais reduto do domínio e exercício do poder de uma elite pernambucana em formação que uma cidade na qual houvesse o interesse de creditar-lhe a possibilidade de se tornar menos dependente do governo de Pernambuco.

Uma das características mais marcantes do poder exercido pela capitania² de Pernambuco sobre a capitania do Rio Grande é demonstrada por meio da cronologia dos capitães-mores, presidentes provinciais, governadores republicanos e interventores federais feita por Cascudo (1989). Nela, se constatou que durante o período de 1597 a 1939 passaram 203 governantes pelo comando, seja da capitania ou do Governo do Estado, sendo que destes, apenas 39 eram nativos da capitania. Apenas no começo do século XIX a capitania do Rio Grande tornou-se mais autônoma, uma vez que em 20 de março de 1817 já não mais dependia administrativamente da capitania de Pernambuco, e em 18 de março de 1818 obteve independência jurídica da Capitania da Paraíba.

3. As oligarquias estaduais e o processo de modernização do território norte-rio-grandense

A partir do processo inicial de ocupação territorial foi se configurando no Rio Grande do Norte um novo uso do território, o qual apresentava um contingente populacional mais concentrado no litoral do estado e que no final do século XVIII começou a se instalar no interior em decorrência da expansão da pecuária extensiva e das oficinas de carne. Todavia, foi no século XIX, sobretudo com o fortalecimento da produção açucareira e do algodão, que

² O sistema de capitanias hereditárias no Brasil durou até 1759. A cronologia apresentada por Luís da Câmara Cascudo ultrapassa esse período.

o Rio Grande do Norte integrou-se mais rapidamente ao mercado internacional. Daí a crescente demanda do uso da técnica com vistas a um intenso processo de modernização territorial para atender os interesses dos agentes hegemônicos de então. Nesse contexto, as oligarquias agrárias, e as “coligações de elites” como costumava denominar Eisenstad (1991) ou “oligarquias de corporações”, para lembrar uma expressão de Carone (1972), projetaram seus anseios modernizadores para o Rio Grande do Norte tomando como referência a modernização dos países europeus e dos Estados Unidos.

Isso pode ser evidenciado nos anos de 1840 através da instalação de várias firmas ligadas à atividade algodoeira, dentre as quais se destacam: 1) Casa Guarapes, cujo proprietário era Fabrício Gomes Pedroza; 2) Ulrich J. Graff, sendo esta última composta por capital suíço e inglês. Essas empresas demandavam, para o seu bom funcionamento e transporte de suas mercadorias um conjunto de infraestruturas, que configurava a base material do território nesse período a exemplo de estradas de ferro e transporte marítimo (SOUZA, 1999). Como se pode perceber, não foi por acaso que provém desse período histórico a construção das primeiras estradas de ferro no Rio Grande do Norte.

Na segunda metade do século XIX além da construção das primeiras estradas de ferro (1875 – 1883), ocorreu a oferta de infraestrutura e serviços urbanos na capital (água encanada, hospitais, instalação de trilhos urbanos, iluminação pública, telégrafos, criação do porto de Natal, por exemplo), que ajudaram a compor uma nova configuração territorial (ANDRADE, 2009; TRINDADE, 2007). Não era mais o tempo da natureza que imperava, mas o tempo da técnica, a qual se tornava uma forte e definitiva aliada na superação das distâncias geográficas. É importante ressaltar que a construção de infraestruturas rodoviária, elétrica e de comunicação já estava ocorrendo em outros locais do território brasileiro, iniciando com a oferta de energia elétrica, telefones e posteriormente com bases rodoviárias e ferroviárias. Essas infraestruturas eram fatores determinantes ao processo de modernização dos centros urbanos .

A tentativa de modernização e a expansão seletiva do meio técnico no Rio Grande do Norte também foi promovida durante o governo de Adolfo Gordo, através do Decreto n. 10 de 22 de janeiro de 1889, onde se oferecia um prêmio de três contos de réis para quem utilizasse os processos mais aperfeiçoados na produção de sal. Este fato está registrado na Mensagem de Governo do Estado do Rio Grande do Norte de Adolfo Affonso da Silva Gordo, onde foi corroborada a intencionalidade do poder público em dinamizar o processo produtivo da atividade salinera, ao mesmo tempo em que, incentivava o desenvolvimento do

meio técnico no território norte-rio-grandense como uma estratégia de embate aos problemas decorrentes das secas que atingiam o estado.

Conforme consta no documento Mensagem de Governo, publicado em 08 de fevereiro de 1890 do então governador do Rio Grande do Norte, observa-se a existência de denúncias de redução do gasto público nos períodos de maior ocorrência das secas e seu aumento nos anos eleitorais. Isto conduz a uma reflexão sobre o surgimento de uma nova estratégia de enfrentamento das secas que atingiam o território norte-rio-grandense denominada de Socorros Públicos, a qual associava a “bem intencionada” ajuda financeira para a realização de obras (açudes, barragens, estradas), distribuição de auxílio financeiro à população residente nos municípios e vilas mais afetados, bem como a aquisição e a distribuição de alimentos para os flagelados da seca.

Essa política era na opinião do governador Adolfo Gordo (1890, p. 12), “um meio para a realização de arranjos eleitorais”. Para o seu funcionamento foram criadas comissões em vários locais no interior do Rio Grande do Norte com o propósito de distribuir grandes somas de dinheiro e farinha de mandioca às populações afetadas pela seca. Ocorre que essas comissões, segundo relatos na página 12 do documento mencionado, eram formadas por “amigos particulares do governo” [refere-se ao ex-governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão], os quais faziam essa distribuição com base em interesses eleitoreiros e relações de amizade. A distribuição do dinheiro e da farinha era feita através da criação de cargos públicos (administradores, feitores, secretários, armazenários), todos eles recebendo ótimos salários, o que conferia ao Estado um grande prejuízo econômico.

Além disso, as oligarquias potiguares mantinham o poder político e econômico do Estado, através da compra de voto. Como se não bastasse, o enfrentamento das agruras da seca pelo Governo Central era de caráter emergencial, através da doação de dinheiro e farinha, constituintes dos socorros públicos. A “ajuda” do governo e sua atenção para com o problema restringia-se apenas aos longos períodos de estiagem e criava uma situação de dependência econômica e social por parte da população afetada. Os grupos oligárquicos estaduais ficavam fortalecidos, uma vez que tiravam proveito dessa situação através da oferta de dinheiro, farinha ou de algum trabalho em suas propriedades fundiárias, conforme se observa na Mensagem de Governo de Adolfo Gordo em 1890.

Com o advento da Primeira República, as estratégias para lidar com a seca mudaram, e foi pela via institucional que o problema passou a ser tratado. Os atritos entre as oligarquias estaduais e o Governo Central no tocante a solução para os problemas e dificuldades

vivenciados no Nordeste brasileiro impulsionaram o uso de novas práticas e estratégias políticas (SILVA, 1978). Um exemplo disso foi a criação, no ano de 1904, de três comissões técnicas para lidar com o problema nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, a partir das quais foi concebida, em 1909, a Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS)³. Conforme críticas realizadas por Ianni (2004) e Oliveira (1981), O IOCS e mais tarde a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), foram significativamente apropriados pela oligarquia algodoeiro-pecuária que cuidou de esvaziar o seu sentido de criação, passando a utilizar estas instituições para seu benefício.

Ao que se foi possível apurar por meio da historiografia potiguar, coube ao fundador do Partido Republicano, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão inaugurar o sistema oligárquico no Estado. A força política que a família Albuquerque-Maranhão representava no Rio Grande do Norte durante o século XIX está em consonância com a definição de oligarquia exibida por Carone (1972, p. 83). Para ele “um oligarca é igual a um coronel, mas entre eles, a diferença é de escala política. O coronel é o chefe local, o oligarca transpõe o seu poder para o estado”.

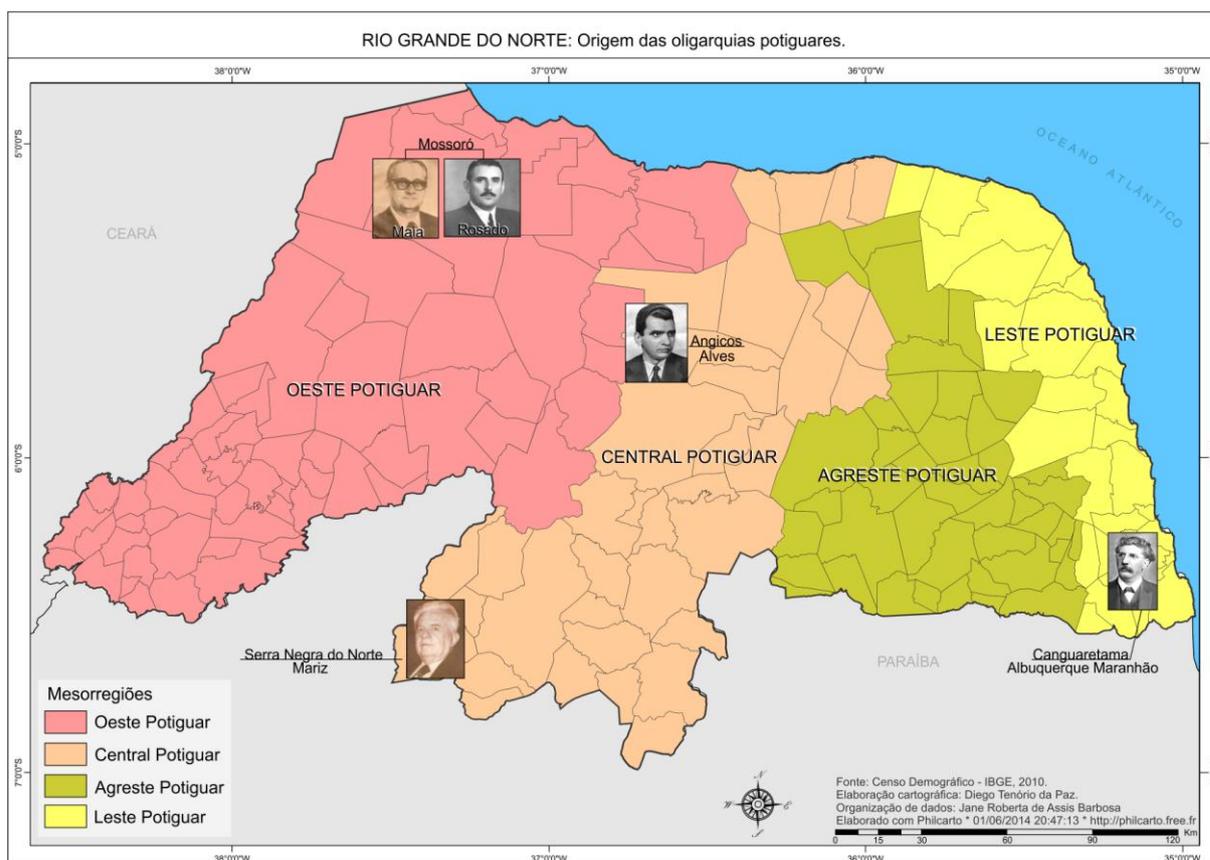
A base econômica dessa primeira oligarquia, foi o açúcar e a marca registrada do seu governo, a manutenção dos seus interesses pessoais em detrimento dos interesses do seu partido político. Prova dessa tendência foi o empenho de Pedro Velho na indicação do seu irmão, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão para disputar uma vaga na Câmara Federal. Conforme relato contido em carta escrita por Joaquim Ferreira Chaves (1919), apesar da oposição de outros líderes políticos, Augusto Severo foi eleito em 23 de abril de 1883. Desse modo, além de ter conseguido nomear outro irmão, Alberto Maranhão como secretário da sua administração; Pedro Velho elegeu um substituto no governo: o desembargador Joaquim Ferreira Chaves que mesmo não pertencendo à família Albuquerque Maranhão estava a ela ligado por estreitos laços de amizade (SPINELLI, 1992).

De acordo com Spinelli (1992, p. 21), “os remanescentes da velha oligarquia pedrovelhista foram perdendo progressivamente o controle da máquina política, embora tenham conservado até o final da Primeira República, postos eletivos, cargos e influência na política federal”. Essa relativa perda de força no poder político estadual forneceu abertura para formação e fortalecimento de outros centros de comando, à exemplo da região do litoral, predominando as oligarquias açucareiro-têxtil e no Seridó, algodoeiro-pecuária (SPINELLI,

³ Em 1919, através do Decreto N. 13.687, o IOCS foi denominado de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS. E por meio do Decreto-Lei 8.846 de 28 de dezembro e 1945, passou a se chamar Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

1992). Em conformidade com Moraes & Cavnac (1995, p. 51), São eleitos sucessivamente: em 1947, José Augusto Varela, originário do litoral; em 1950, Dix-Sept-Rosado, da região oeste; em 1955, Dinarte Mariz, da região do seridó; enfim, em 1960, Aluísio Alves, que originário do sertão, conquistou um eleitorado em grande parte urbano. As análises feitas por Spinelli (1992) e por Moraes & Cavnac (1995) são confirmadas através do mapa 1 (a seguir), onde se pode observar a localização da origem das oligarquias potiguares que comandam o Estado do Rio Grande do Norte desde o Século XIX, revelando o deslocamento do centro da política estadual.

Outra importante família oligarca é a Rosado que tem sua origem em Mossoró. Ela possui uma característica muito peculiar que a difere das demais oligarquias potiguares: sua potência para o exercício do poder político não tem sua gênese na grande propriedade fundiária, mas no comércio e na indústria, sobretudo no ramo de mineração, notadamente gipsita e sal. A atividade comercial da família teve início em 1890, quando Jerônimo Rosado, criou em Mossoró a Farmácia e Drogaria Rosado e, a partir de 1908, membros dessa família passaram a ocupar na cidade vários cargos políticos (FELIPE, 2010).



Mapa 1 – RIO GRANDE DO NORTE: origem das oligarquias potiguares

O prestígio econômico e político que a família Rosado conseguiu construir através de seu patriarca proporcionou o desenvolvimento de relações com outras oligarquias e também políticos de destaque no território potiguar, a exemplo da oligarquia Albuquerque Maranhão e da família Fernandes, cujo maior representante é Rafael Fernandes, Governador do Estado no período de 1935-1937 (NASCIMENTO, 2009). Esse prestígio político fortaleceu-se entre as décadas de 1920 e 1930 quando o centro da vida política e econômica norte-rio-grandense deslocou-se em direção das regiões do Seridó e Oeste do Rio Grande do Norte. Sua representatividade na política mossoroense teve seu ápice quando na década de 1950, Jerônimo Dix-Sept Rosado, filho de Jerônimo Rosado, foi eleito governador do Rio Grande do Norte. Outro indicativo da importância e autopromoção dessa família é apresentado por Nascimento (2009, p. 63), segundo o qual “os Rosado usaram universidades, coleções literárias (Coleção Mossoroense), festas cívicas e até mesmo o espaço urbano como estratégia de consolidação da sua força política”. Essa família passou a se apresentar como agente fundamental para o desenvolvimento econômico, social e político de Mossoró e com isso seus membros têm se alternado no comando administrativo do município.

A família Medeiros se destaca no conjunto das oligarquias potiguares. Emergiu nos anos de 1920, tendo como base de suas atividades a exportação de algodão e pecuária e a influência de grandes proprietários de terra e comerciantes da região do Seridó e do Oeste Potiguar. Essa oligarquia era representada pelo seridoense José Augusto Bezerra de Medeiros, que começou sua trajetória política exercendo mandato de deputado estadual durante o período de 1913-1915. Também ocupou o cargo de governador de 1924 até 1927, e senador da república no período de 1928-1930. José Augusto Bezerra de Medeiros ainda conseguiu fazer seu sucessor no governo estadual em 1928, Juvenal Lamartine, seu primo (SOUZA, 1999; SPINELLI, 1992).

Em disputa pelo poder político e econômico do Rio Grande do Norte as famílias oligarcas utilizavam-se da ocorrência periódica das secas para fazer valer seus interesses, colocando-a no patamar de um problema natural que demandava de solução técnica. Na verdade, tratava-se de um problema social, político e econômico. Para superar os problemas gerados pela “seca” fazia-se necessário a adoção de novos paradigmas ancorados em soluções técnicas, que tinham o apoio das oligarquias estaduais e do Governo. Esses, por sua vez, ao observar o fracasso da aplicação de modelos econômicos vindos do Sul e do Sudeste do Brasil, passaram a se apresentar como vítimas de problemas que a eles também cabia solucionar (SILVA, 1978).

Ressalte-se que existia, nesse período, uma grande expectativa por parte das elites e do povo norte-rio-grandense em relação ao governo. As elites almejavam a obtenção de benefícios políticos e econômicos que viessem a se constituir em moeda de troca durante o pleito estadual, tornando cativos seus eleitores, enquanto o povo esperava a farinha e o dinheiro dos socorros públicos, distribuídos de acordo com o interesse das elites locais, para garantir parcamente, “o pão de cada dia” com vistas a enfrentar os anos de seca.

Não se cogitava, no entanto, que se tratava de um problema que demandava não apenas de soluções técnicas e socioeconômicas, mas, sobretudo, de vontade política por parte dos governantes e das oligarquias que usufruíam o poder político estadual. As mudanças de percepção do problema davam-se de acordo com os interesses dos grupos políticos que estavam ocupando o poder. Além disso, havia o interesse por parte do Estado e dos grupos hegemônicos em construir um conjunto de infraestruturas (estradas, portos, energia elétrica etc) que viesse a tornar o Rio Grande do Norte mais fluído, em primeiro lugar para as atividades econômicas de então e apenas secundariamente para a população em geral. Disso decorre a força que instituições como o DNOCS passou a ter.

Ao mesmo tempo em que se começava a dotar o território do Rio Grande do Norte com as bases técnicas para o seu funcionamento e modernização, através da densidade do meio técnico, o Estado passou a estabelecer uma relação ainda mais próxima com as empresas de capital internacional. Em 1928, por exemplo, ocorreu à chegada em Natal da empresa Força e Luz do Nordeste, subsidiária de capital inglês, que tinha a concessão dos serviços de bonde, telefonia e energia elétrica. Some-se ainda a inauguração da estação telegráfica no campo de pouso de Parnamirim, pela empresa Aéropostale (MEDEIROS 1973, ANDRADE, 2009).

Mesmo em 1929, ano emblemático para economia (devido a crise econômica que afetou o mundo), a renovação da base material do território não cessou de ocorrer. Nesse mesmo ano foi dado início a construção de mais uma ferrovia: Mossoró-Souza e, em 1930 a extração⁴ do sal no estado passou a ser mecanizada.

Durante os anos de 1930 e 1940, o Rio Grande do Norte viveu um período de transformações. Em 1939, por exemplo, houve a instalação em Natal da Western Telegraph, empresa de capital inglês, que atuava no setor de telegramas. Como o estado vivia um período de dinâmica econômica e estava atraindo a instalação de empresas de capital nacional e

⁴ Para saber mais sobre o assunto vide: COSTA, Ademir Araújo da. **Tecnologia e desemprego**: o caso da região salineira de Macau-RN. Natal: UFRN, 1993.

estrangeiro, cuidou em fundar no ano de 1940 o Banco do Comércio e Indústria com objetivo de ajudar o Estado na promoção do crescimento e desenvolvimento da economia (MEDEIROS, 1973; FELIPE, ROCHA, RÊGO, 2010).

A historiografia potiguar sobre os anos de 1940 mostra a estreita relação entre o governo norte-rio-grandense e o governo estadunidense por ocasião da Segunda Guerra Mundial. As principais obras de engenharia que serviram de suporte para a presença dos Estados Unidos no território potiguar ocorreram em 1941 com a instalação da Base Naval de Natal, e, em 1942, através do Decreto-Lei n. 4.142 o Presidente Getúlio Vargas criou a Base Aérea de Natal, ano também da sua instalação. Esses eventos não ocorreram sem intencionalidade, pois coincidem com anos de fortes tensões políticas e militares que dizem respeito a Segunda Guerra Mundial. E como a guerra não se faz sem acesso a informação e meios de comunicação, no ano de 1943 foi dado início em Natal ao funcionamento dos telefones internacionais pela Rádio Internacional do Brasil (Radional). E, em 1945, criou-se no Rio Grande do Norte Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), por meio do qual foi possível o planejamento e execução dos planos de abertura, melhoramento e expansão de rodovias no Estado (MEDEIROS 1973, ANDRADE, 2009).

A década de 1950 é emblemática para o Estado do Rio Grande do Norte, haja vista que no final dela descobriu-se indícios da existência de petróleo em seu território, bem como por ter dado início a uma forte disputa política entre a oligarquia Mariz e a oligarquia Alves. Além disso, a partir dos anos de 1950 emergiram novos procedimentos governamentais para lidar com a problemática das secas e o atraso da Região Nordeste, agora pautados na concepção de planejamento. Os marcos iniciais que caracterizam esses novos procedimentos foram: a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), entendido por Cohn (1978) como precursor da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); o estudo Planejamento do Combate às Secas (1953), encomendado pela Presidência da República do Brasil e, a construção do sistema hidrelétrico Paulo Afonso I no vale do São Francisco em 1954; (OLIVEIRA, 1981).

Mesmo assim, várias eram as críticas a respeito das ações do poder público no Nordeste, e avolumam-se os “gritos” de exigências para que se buscassem soluções mais adaptadas às condições e especificidades locais (DUROUSSET, 2001). Foi a partir das circunstâncias de críticas e exigências referentes aos problemas do Nordeste, que em 1958 o Governo Federal criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN),

sob a coordenação de Celso Furtado, o qual realizou um importante diagnóstico acerca da região, cujo título é “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”.

A formação do GTDN convergiu para a criação da SUDENE em 15 de dezembro de 1959 pela Lei n. 3.692, a qual representou, naquele momento, uma conquista para a sociedade nordestina, no que diz respeito à situação de abandono secular em que se encontrava a Região diante das políticas nacionais de promoção do desenvolvimento brasileiro. Com isso, durante o período de 1960-1980, a Região Nordeste experimentou um significativo crescimento de sua economia, conforme registrado no documento “Desempenho Econômico da Região Nordeste do Brasil”, o que não quer dizer que tenha tido reflexos mais relevantes sobre a sua situação de desigualdade diante das regiões mais dinâmicas do território nacional.

Nóbrega (1969) chama atenção para o fato de que embora tenha sido criada em 1959, os primeiros projetos industriais financiados pela SUDENE no estado do Rio Grande do Norte datam de 1962. Neste ano, enquanto o Rio Grande do Norte contava com 2 projetos aprovados, Pernambuco já tinha 36, seguido pela Bahia com 26, Paraíba com 18 e Ceará com 11 projetos. No documento Estudos de Desenvolvimento Regional (Rio Grande do Norte), produzido em 1959 se chamava atenção para a desigualdade de oportunidades do Rio Grande do Norte em relação aos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará⁵. Ratificava-se o eixo Pernambuco e Bahia na condição privilegiada de atenção do governo federal e suas instituições, e o Rio Grande do Norte, mais uma vez, permanecia à margem dos investimentos, seguindo a sina estabelecida desde o período colonial.

É importante mencionar que conforme demonstrou Oliveira (1981) e Furtado ([1959] 2007) eram as oligarquias nordestinas as detentoras do comando das atividades econômicas que a SUDENE estava incentivando para a Região do Nordeste brasileiro. O problema a ser observado não é a seca e a escassez de água, mas a estrutura de poder político e econômico nordestino que apoiada pelos governos mantinham o Nordeste na condição de atraso frente à região Sul e Sudeste do Brasil (FURTADO, [1960] 2009).

As ações das oligarquias norte-rio-grandenses mesmo, muitas vezes discursando em polos aparentemente opostos, agem de modo orquestrado. É o que se pode perceber ao observar a relação entre José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine que, juntamente com Dinarte Mariz, estiveram à frente da União Democrática Nacional (UDN).

⁵ Esses estados eram de longe, os que mais recebiam apoio institucional da SUDENE. O primeiro com 258 projetos de industrialização aprovados para o período de 1960 a 1967, e o segundo com 154. Em seguida vinha o estado do Ceará com 106 projetos, depois a Paraíba totalizando 96, e finalmente o estado do Rio Grande do Norte com 28 projetos aprovados durante esse mesmo período.

Enquanto ocupou o cargo de governador do Rio Grande do Norte (1956-1960), Dinarte Mariz conduziu uma gestão que, segundo Germano (1981, p. 46), “consistia, essencialmente, em contemplar amigos e correligionários com empregos e aposentadorias em bons cargos públicos”. O ilustre personagem da política potiguar, a quem se está referindo, outorgou 306 leis para a criação de cargos públicos, totalizando 835 cargos. Também criou 135 novas funções gratificadas, 15 novos postos militares e 120 aposentadorias ilícitas (GERMANO 1981; MORAIS & CAVIGNAC, 1995).

Observa-se, portanto, que o Estado do Rio Grande do Norte estava durante o governo de Dinarte Mariz a mercê de uma política de pequenos interesses e favorecimentos pessoais, que ao cabo o conduziu ao descrédito popular e fortaleceu Aluizio Alves, seu antigo amigo e aliado; agora seu principal opositor.

Tendo sua origem em Angicos-RN, Aluizio Alves conseguiu forjar sua campanha para governo do Estado com os argumentos da novidade, pois se apresentava como porta voz da esperança para o Rio Grande do Norte. Era aquele que romperia com os interesses oligárquicos do Seridó (representado por Dinarte Mariz) e conseguiria proporcionar desenvolvimento econômico e social para tirar o Estado do atraso transformando-o em um território moderno. Com esse discurso ele deu origem a uma nova oligarquia que continua atuante e fortemente articulada não apenas aos interesses dos poderosos estaduais, mas também aos dos demais estados da federação brasileira.

4. O uso desigual do território norte-rio-grandense pelas oligarquias pós anos de 1960

A oligarquia Alves construiu no Rio Grande do Norte um império na comunicação detendo o controle das seguintes empresas: TV Cabugi; Rádio Cabugi (AM e FM); Rádio difusora de Mossoró; Rádio Cabugi Seridó; Rádio Cabugi de Jardim do Seridó; FM Líder (atual 104 de Paranamirim). Todavia não é um privilégio somente dessa família, pois outras famílias oligarcas potiguares também construíram seus impérios empresariais, é o caso dos Maia, cuja origem está em Tarcísio Maia. Some-se ainda a família Rosado, que embora tenha sua gênese empresarial no comércio (farmácia), também investe na mineração e nos meios de comunicação .

É curiosa, para dizer o mínimo, a força das tradicionais oligarquias norte-rio-grandenses que se deixa revelar não somente no âmbito da política, mas como ressaltou Costa (2011), através de sua expressão monumentalizada em Natal e em outras cidades do Rio

Grande do Norte. São bustos, praças, nomes de ruas, teatros, aeroportos, escolas que receberam a denominação de alguns membros das famílias, as quais compõem o quadro oligárquico do Rio Grande do Norte. Destaque-se a oligarquia Albuquerque-Maranhão, “Família do Tesouro” nas palavras de Costa (2011). Para mostrar a força representativa dessa oligarquia e também da oligarquia Alves no cotidiano das cidades do Rio Grande do Norte, serão listados a seguir alguns objetos geográficos (monumentos, prédios) utilizados para representar a sua força na memória popular, são eles:

- Aeroporto Aluizio Alves (São Gonçalo do Amarante, inaugurado em 2014);
- Aeroporto Augusto Severo (Parnamirim);
- Square Pedro Velho, posteriormente Praça das Mães (Natal);
- Praça da República, em 2013 passou a se chamar Praça Augusto Severo (Natal);
- Grupo Escolar Augusto Severo (Natal);
- Teatro Alberto Maranhão, antigo Teatro Carlos Gomes (Natal)

A oligarquia Maia também merece destaque nessa análise. A origem de seu patriarca, Tarcísio Maia, é a de um grande proprietário de terras do município de Mossoró. Ele foi secretário de educação do governo Dinarte Mariz, e ocupou o cargo de Deputado Federal. Tarcísio Maia é pai de José Agripino Maia, que atualmente é Senador do Rio Grande do Norte. Sua representatividade política no território norte-rio-grandense ajudou a inserir na política estadual o seu filho, Felipe Maia (Deputado Federal).

Tarcísio Maia, patriarca dessa família oligarca, atuou em instituições importantes do governo brasileiro, a saber: Ministério da Educação (MEC); SUDENE e no Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE). Ele foi ainda indicado para governar o Estado do Rio Grande do Norte no período de 1975-1979, e conseguiu fazer sucessor, seu primo, Lavoisier Maia – médico, que comandou o Estado no período de 1979-1983, naquela ocasião estava casado com Wilma Maia (hoje Wilma de Faria).

Durante sua gestão no governo do Rio Grande do Norte, Tarcísio Maia indicou Vauban Bezerra de Faria para assumir o cargo de prefeito de Natal, passando a comandar não apenas o poder estadual, mas também a capital. Uma característica importante de sua administração foi a realização de uma grande reforma urbanística na cidade, que se apoiava na elaboração do Plano Diretor Urbanístico de Natal de 1974, o qual fora formulado durante a gestão do prefeito Jorge Ivan Cascudo Rodrigues (1972-1975). É preciso destacar que a

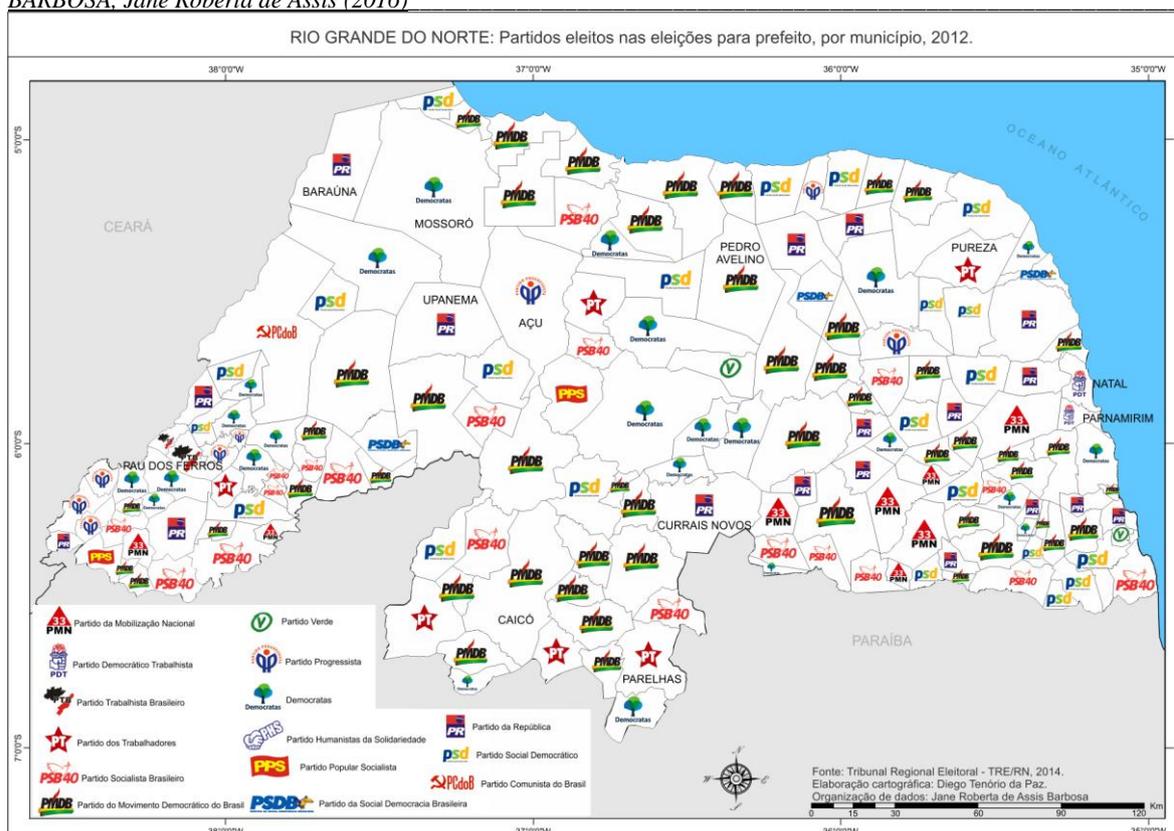
cidade de Natal já havia sido objeto de intervenção de outros Planos, como por exemplo, o Plano Urbanístico de Desenvolvimento de Natal de 1968, cuja formulação foi do arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm, da consultoria Wilhelm Arquitetos Associados/Escritório Serete S.A. (PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL, 2007). Esse Plano foi considerado por Lima (2001), o primeiro Plano Diretor de Natal.

Pode-se então refletir acerca da existência de uma solidariedade político-organizacional para a modernização do território norte-rio-grandense através de uma ação burocrática que privilegia as oligarquias potiguares e as empresas a elas solidárias. Admite-se junto à Faoro (1958, p. 43) que se está diante de uma “nobreza burocrática” formada pelas famílias tratadas neste artigo. Essa “nobreza burocrática” é “detentora do monopólio dos poderes de direção e mando do Estado”, mas elas não atuam sozinhas, são apoiadas (e apoiam) por empresas (nacionais e estrangeiras), bem como por algumas organizações não-governamentais, e por solidariedades políticas na escala da região e do território nacional, que merecem ser estudadas de modo mais aprofundado em outra ocasião.

Com a descentralização do poder político preconizado na Constituição Federal de 1988 ocorreu a transferência orçamentária do Governo Federal para execução de alguns programas e atividades dos Estados e Municípios da federação brasileira. Segundo Clementino (2008), essa descentralização culminou em obstáculos para que os municípios pudessem atender de modo satisfatório as demandas sociais dado o “descompasso entre recursos e encargos” municipais. O resultado foi uma maior fragmentação do poder, por conseguinte, o enfraquecimento ou a ressignificação do poder político estabelecido nesse período, que já se organizava em forma de partidos.

Começava a partir de então uma maior necessidade de estabelecer alianças para obtenção de representação política e garantia de interesses particulares (CASTRO, 1997). Sintoma marcante da modernização da política potiguar, que passou a combinar a disputa pelo poder político no Rio Grande do Norte utilizando meios “tradicionais”, como a concorrência entre famílias (oligarquias), que desde os anos de 1970 se fazia representar pela disputa entre as famílias Alves e Maia; ou com o estabelecimento de alianças entre essas mesmas famílias.

Essas oligarquias, que representam uma velha expressão da política nordestina, continuam a existir no atual período histórico. A figura do coronel cedeu lugar ao homem/mulher de negócios diversificados (mineração, comércio, comunicação etc), coexistindo com a influência dos grandes proprietários rurais. As atuais famílias oligarcas estaduais que começaram a emergir nos anos de 1960 (Alves, Maia e Rosado), tornaram-se as



Mapa 3 – Distribuição dos Prefeitos eleitos no RN por partido político (2008 e 2012)

5. Considerações Finais

A análise da formação territorial norte-rio-grandense permite concluir que as oligarquias estaduais, detentoras do poder político e econômico, contribuíram para modernização do território por meio da construção de um conjunto de infraestruturas. Estas, por sua vez, tem servido aos interesses do Estado, das empresas, das famílias oligárquicas e apenas secundariamente à população.

Conclui-se ainda que as oligarquias analisadas nesse artigo continuam atuantes e exercem papel de comando na política estadual e nacional (caso de José Agripino Maia, Garibaldi Alves Filho e Henrique Eduardo Alves). O projeto político das oligarquias estaduais foi erigido às custas de significativa opressão, o qual contribuiu para tornar o uso do território mais seletivo e desigual. Essas desigualdades, conforme nos ajuda a refletir Gottdiener (1993), Harvey (2006), Smith (1988) e Souza (2003), são resultado de um longo processo de atuação do modo de produção capitalista no espaço geográfico que sobrepõe interesses particulares ao bem-comum, conforme observado ao longo deste artigo.

Libertar-se das amarras políticas e oligárquicas que o envolve, eis o grande desafio

para um Estado que incorpora as novas dinâmicas do período histórico atual, mas ainda é extremamente tradicional no que se refere a uma renovação política mais significativa. O conhecimento profundo a respeito do território norte-rio-grandense, através da categoria formação territorial, é um trunfo para aqueles que desejam ajudar a definir um novo horizonte político para o Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira. Os desafios da governança e as relações de poder na Capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Orgs). **Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América portuguesa**. João Pessoa: Ideia, EDUFRN, 2013. p. 27-44.

ANDRADE, Alenuska Kelly Guimarães. **A eletricidade chega à cidade: inovação técnica e vida urbana em Natal (1911-1940)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009. 174f.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. ed. 2, Natal: EDUFRN, 1981.

A'RBOCZ, István Inre Lásvlo. **Ensaio sobre a história econômica do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 1986. 60p.

BECKER, Berta K. Significado do núcleo colonial do Pium para o aproveitamento dos vales de paul no Rio Grande do Norte. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Vol. XIII, São Paulo: AGB, 1964. p. 145-163.

CARONE, Edgard. Oligarquias: definição e bibliografia. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, 12 (1): 81-92, jan/mar, 1972.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional; Serviço de Documentação do Ministério da Educação e da Cultura, 1955. 524p.

_____. **Governo do Rio Grande do Norte**. Volumes: I e II. Mossoró: Escola Superior de Agricultura de Mossoró. Coleção Mossoroense, Série C, 1989.

_____. **História da cidade de Natal**. ed. 2, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980. 470p.

CASTRO, Iná Elias. Seca versus seca, novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste, in: de Castro, Iná Elias et al (Org). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Municípios metropolitanos: os desafios do financiamento público. In: VALENÇA, Márcio Moraes; CAVALCANTE, Gilene Moura

(Orgs). **Transformações Urbanas. Globalização e marginalidade.** Natal/RN: EDUFRN, 2008. p. 235-242.

CHAVES, Ferreira. **Ao Estado e ao Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte.** Comentários do Desembargador Ferreira Chaves a “carta aberta” do Dr. Tavares de Lyra. Natal: YP Comercial – J. Pinto & C, 1919. 27p.

COSTA, Helensandra Lima da. A família do tesouro: a perpetuação da memória da família Albuquerque Maranhão através dos espaços e monumentos. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho de 2011. pp. 1-11.

DUROUSSET, Éric. **À qui profitent les actions de développement ?** la parole confisquée des petits paysans (Nordeste, Brésil). Paris : L’Harmattan, 2001. 177p.

EISENSTADT, S. N. **A dinâmica das civilizações:** tradição e modernidade. Lisboa/Portugal: Edições Cosmos, 1991.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político. Porto Alegre: Globo, 1958.

FELIPE, José Lacerda; ROCHA, Aristotelina P. B.; RÊGO, Giovanni Sérgio. **História da industrialização do Rio Grande do Norte.** Uma indústria de resistência. Natal/RN: FIERN, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** ed. 34, São Paulo: Companhia das Letras, [1959] 2007. 351p.

_____. **O Nordeste e a saga da SUDENE, 1958-1964.** Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, [1960] 2009. 283p.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo:** a campanha de pé no chão. Natal: Cortez, 1981.

GOTTDIENNER, Mark. **A produção do espaço urbano.** São Paulo: EDUSP, [1993] 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Anablume, 2006.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, [1988] 2004. 180p.

LYRA, Augusto Tavares de. **O Rio Grande do Norte.** ed. 3. Natal: EDUFRN, [1920] 2008. 440p.

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte.** Natal: Imprensa Universitária, 1973. 276p.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste.** Formação social do Nordeste. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1937 [Coleção Documentos Brasileiros]. 243

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no longo século XVI. São Paulo: HUCITEC, 2000. 432p.

MORAIS, Lincoln; CAVIGNAC, Julie. **Les élections au Rio Grande do Norte, une histoire de famille(s)?** Repères em vue d'une compréhension de la politique et de l'histoire du Rio Grande do Norte. Lusotopie: transitions liberales en Afrique lusophone. Paris: Éditions Karthala, décembre 1995. p. 47-67.

NASCIMENTO, Lerinsson C. **Notas sobre o poder local:** a família Rosado e a política em Mossoró/RN. Cadernos de Campo. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – Araraquara/SP, n. 12 (2009), p. 61-73.

NÓBREGA, Getúlio Alves. **Uma política de desenvolvimento para o Rio G. do Norte.** Natal: Publicações Faculdade de Ciências Econômicas de Natal, N. 4, 1969. 51p

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião:** Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Ordenamento urbano de Natal:** do plano Polidrelli ao plano diretor 2007. Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007. 132p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. ed. 9, Rio de Janeiro: Record, 2006. 473p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica, tempo, razão e emoção. ed. 4. São Paulo: EDUSP, [1996] 2008. 384p.

_____. **O Espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, [1979 – Livraria Francisco Alves Editora S.A], 2008a, 440p.

SILVA, Janice Theodoro. **Raízes da ideologia do planejamento.** Nordeste (1889 – 1930). São Paulo : Ciências Humanas, 1978.

SOUZA, Itamar. **Jornal Diário de Natal. Fascículos.** Natal/RN: Diário de Natal, 1999.

SOUZA, Maria Adélia A. de. Exame de qualificação. [Nota de aula]. São Paulo: Programa de Pós- Graduação em Geografia em Humana, 04 de setembro de 2012.

_____. Introdução. In: SOUZA, Maria Adélia A. de; et al. **Território brasileiro:** usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 17-26.

SPINELLI, José Antonio. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó.** O Rio Grande do Norte na Velha República. Natal: CCHLA, 1992.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual:** natureza, capital e a produção de espaço. Tradução: NAVARRO, Eduardo de Almeida. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **Introdução à história do Rio Grande do Norte.** Natal: Sebo Vermelho, 2007.

Recebido para publicação em maio de 2016
Aprovado para publicação em setembro de 2016